

capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos diretamente acessíveis a todos e joeirar criticamente as informações sobre os fatos que não o são. Finalmente, dessa vontade precisa e desses fatos verificados ter-se-ia de tirar uma conclusão clara e pronta quanto às questões particulares, de acordo com as regras da inferência lógica – com um grau tão alto de eficiência geral, ademais, que se pudesse dizer da opinião de qualquer um, sem absurdo manifesto, ser tão boa quanto a de qualquer outro. “ (Idem, p. 317)

A liberal democracia manifesta-se mais claramente em função da maior inserção da população no processo político, a partir do século XIX, na Europa Ocidental e EUA. É neste momento que nasce o grande eleitorado nacional, massificado e indistinto.

No contexto da expansão do direito de cidadania é que se idealiza a importância individual no processo da participação nas decisões políticas. É a “sacralização do voto individual”; o poder do cidadão de decidir através da escolha eleitoral.

Schumpeter irá refutar a premissa de que os governantes são frutos da livre escolha dos cidadãos. A disputa eleitoral não é de toda livre. O processo político toma forma através da competição de grupos que disputam a vontade popular. Dessa forma a concepção liberal de que o indivíduo é o ator que possui liberdade de escolha é derrubada. Os partidos, que se formam e competem pela preferência do eleitorado, estabelecem um limite à escolha. As opções são predeterminadas.

Os candidatos irão disputar votos junto ao cidadão que é muito diferente daquele idealizado pelos clássicos da Teoria Democrática.

“Entretanto, quando nos movemos para ainda mais longe das preocupações privadas da família e do escritório, para aquelas regiões dos negócios nacionais e internacionais que não têm qualquer vínculo direto e inequívoco com as preocupações individuais, o desejo

individual, o comando dos fatos e o método da inferência logo deixam de preencher as exigências da doutrina clássica.” (Idem, p.326)

E ainda:

“Esse reduzido senso de realidade é responsável não apenas por um reduzido senso de responsabilidade, como também pela ausência de desejo efetivo.” (Idem)

Uma vez estabelecido o sistema político eleitoral, envolvendo uma grande massa da população, os problemas que se colocam, em função da diversidade social são gigantescos e, para racionalizar a busca de soluções e atender às diversas demandas dos cidadãos, é organizado o sistema partidário. Este deixa de representar facções palacianas, para agora, identificar as expressões de partes da sociedade, digo, do eleitorado. Este eleitorado estará dividido segundo seus interesses e identidades e verá no partido o caminho para a satisfação de suas necessidades. É a partir do princípio da organização partidária que Schumpeter irá reconstruir a Teoria Democrática.

Destruída a Teoria Democrática Clássica, Schumpeter constrói uma nova teoria, tornando a Democracia uma prática possível, porém, sobre novas bases.

O primeiro argumento de Schumpeter é que o papel do cidadão será o de eleger alguns indivíduos que por sua vez terão a responsabilidade de produzir um governo. Dessa forma, define democracia como:

“O método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população.” (Idem, p.336)

Dessa forma não são os eleitores que escolhem o governo de forma autônoma, definida, racional como acreditavam os pensadores clássicos. Os candidatos ao governo, pré-selecionados, é que disputarão os votos do eleitorado. O eleitorado fica destituído de iniciativa e aguarda o surgimento de lideranças políticas que se proponham a

disputar o seu voto e, com a vitória, compor o governo.

Com a nova teoria que se esboça, os desejos coletivos da população, que acreditavam os clássicos, poderiam se expressar de forma autônoma e direta, são agora capitaneados, elaborados e transformados em fatores políticos pelas lideranças políticas que se apresentam ao jogo eleitoral. Conclui-se que os candidatos eleitos são na verdade quem governa e não o povo. Cabe ao povo, no jogo político, escolher diante da oferta de representações, os líderes que melhor se adequem aos seus propósitos; assim como, destituí-los.

“O eleitorado normalmente não controla de maneira alguma seus líderes políticos, a não ser recusando-se a reelegê-los ou a reeleger as maiorias parlamentares que os apoiam. (...)” (Idem, p.340)

A liberdade de competição pela representação política e composição do governo, assim como a liberdade do voto, podem sofrer algumas restrições, sem, contudo, destruir as bases da Teoria Democrática elaborada por Schumpeter.

O método democrático, embora não garanta uma liberdade individual absoluta, permite uma grande liberdade para a composição de lideranças políticas que se apresentarão à sociedade. Dessa forma a liberdade de discussão poderá ser favorecida pela liberdade de imprensa, ressalvando-se a possibilidade de existência de procedimentos que possam falsear essa liberdade.

A conclusão a respeito da Teoria Democrática, elaborada por Schumpeter é que a democracia compreende a oportunidade de escolha e destituição de representantes políticos que irão compor um governo. Uma sociedade será mais ou menos democrática de acordo com a maior ou menor oferta de possibilidades de representação política à sociedade, garantindo maior poder de escolha e de barganha no jogo eleitoral.

Referência Bibliográfica

SCHUMPETER. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar [19__].